



Banco Original

**Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil**

Banco Original do Agronegócio S.A.

31 de Dezembro de 2014



ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	2
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	4
Demonstrações dos Resultados	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	9
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	9
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	9
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	12
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	12
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	15
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	16
Nota 9 . Outros Créditos	18
Nota 10 . Outros Valores e Bens	19
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	20
Nota 12 . Imobilizado de Uso	20
Nota 13 . Diferido	20
Nota 14 . Captação de Recursos e Obrigações por Repasses	21
Nota 15 . Outras Obrigações	22
Nota 16 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	23
Nota 17 . Patrimônio Líquido	23
Nota 18 . Limites Operacionais	24
Nota 19 . Partes Relacionadas	24
Nota 20 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	26
Nota 21 . Despesas de Pessoal	26
Nota 22 . Outras Despesas Administrativas	26
Nota 23 . Despesas Tributárias	26
Nota 24 . Outras Receitas Operacionais	27
Nota 25 . Outras Despesas Operacionais	27
Nota 26 . Resultado não Operacional	27
Nota 27 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	27
Nota 28 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	28
Nota 29 . Outras Informações	29

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Em 2013 o Banco passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Banco encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

• Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco apresentou lucro no exercício de R\$ 4.129, contra um lucro de R\$ 19.431 mil apresentados no exercício de 2013, e no segundo semestre de 2014 um lucro de R\$ 1.662.

O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou queda em 2014 na comparação com o mesmo período de 2013.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no período findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 14.748 e de reversão de R\$13.035 mil no mesmo período de 2013.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 263.522 (2013 - R\$ 532.526 mil), são representados por: Aplicações Interfinanceiras, R\$ 94.718 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ 60.711 e Carteira de Crédito, líquida da provisão para devedores duvidosos, de R\$ 82.985.

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$ 113.772, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 30.787.mil, correspondente a 27% da carteira total, em dezembro de 2013 correspondiam a R\$ 366.928 mil, R\$ 28.016 mil, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do período R\$ 284.629 mil e em 2013 R\$553.616 mil, com redução de 95% quando comparado ao mesmo período de 2013.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 105.765 mil (Capital Social R\$ 104.015 mil, Reservas Patrimoniais R\$ 1.736 mil e ajuste de avaliação patrimonial R\$ 14), comparados a R\$ 103.973 mil (Capital Social R\$ 101.671 mil e Reservas Patrimoniais R\$ 2.302 mil), apresenta evolução de 2%, este aumento é decorrente, principalmente, do lucro ocorrido no exercício de 2014.

• Agência de Rating

As agências internacionais de rating, atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto Prazo	Longo Prazo
	Escala Nacional	
Moody's ¹	BR - 2	Baa1.br
Standard & Poor's ²	brA-3	brBBB
Fitch Rating ³	F2	BBB+

(1) Atualizado em outubro de 2014.

(2) Atualizado em junho de 2014.

(3) Atualizado em janeiro de 2015.

• Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

Durante 2013 foi atualizado, estruturado e definido os papéis e responsabilidades individuais e a estrutura dos comitês de que governam o processo de gestão do Banco. A Instituição entende que é fundamental para o desempenho dos negócios manter um processo de decisão transparente que possibilite a todos os colaboradores a possibilidade de agregar valor ao negócio.

O Banco revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência à legislação em vigor.

• Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 31 de dezembro de 2014 e para o mesmo período de 2013 não houve abertura de demanda na ouvidoria direcionadas ao Banco Original do Agronegócio.

• Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2015.

Diretoria

Contador

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original do Agronegócio S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2014	2013
Ativo Circulante		197.500	457.120
Disponibilidades	4	111	2.581
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	94.718	79.430
Aplicações no Mercado Aberto		93.959	79.430
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		759	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	31.475	81.600
Carteira Própria		9.368	51.857
Vinculados a Compromissos de Recompra		-	703
Vinculados à Prestação de Garantias		22.097	28.849
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	10	191
Relações Interfinanceiras	7	122	299
Créditos Vinculados:		122	299
Depósitos no Banco Central		122	299
Operações de Crédito	8	65.217	285.653
Setor Privado		89.093	294.490
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(23.876)	(8.837)
Outros Créditos	9	5.851	7.460
Rendas a Receber		-	128
Negociação e Intermediação de Valores		1.109	73
Créditos Tributários	9.b	1.813	3.109
Diversos	9.d	2.929	4.150
Outros Valores e Bens	10	6	97
Despesas Antecipadas		6	97
Ativo Realizável a Longo Prazo		64.420	73.236
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	-	3.399
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	3.399
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	29.236	34
Carteira Própria		29.204	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	32	34
Operações de Crédito	8	17.768	53.259
Setor Privado		24.679	72.438
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(6.911)	(19.179)
Outros Créditos	9	17.416	16.544
Créditos Tributários	9.b	17.416	16.544
Permanente		1.602	2.170
Investimentos	11	431	179
Participações em Coligadas e Controladas:		431	179
No País		431	179
Imobilizado de Uso	12	1.171	1.514
Outras Imobilizações de Uso		3.273	3.104
(Depreciações Acumuladas)		(2.102)	(1.590)
Diferido	13	-	477
Gastos de Organização e Expansão		-	7.155
(Amortizações Acumuladas)		-	(6.678)
Total do Ativo		263.522	532.526

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2014	2013
Passivo Circulante		79.989	309.102
Depósitos	14.a	47.151	135.890
Depósitos à Vista		1.369	11.412
Depósitos Interfinanceiros		-	51.788
Depósitos a Prazo		45.782	72.690
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	29.135	162.653
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		29.135	162.653
Relações Interdependências	14.d	-	430
Recursos em Trânsito de Terceiros		-	430
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	214	642
Outras Instituições		214	642
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	-	49
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	49
Outras Obrigações	15	3.489	9.438
Carteira de Câmbio		-	77
Sociais e Estatutárias		1.020	3.782
Fiscais e Previdenciárias	15.a	1.654	1.160
Negociação e Intermediação de Valores		448	1.064
Diversas	15.b	367	3.355
Passivo Exigível a Longo Prazo		77.768	119.446
Depósitos	14.a	67.306	102.389
Depósitos a Prazo		67.306	102.389
Captações no Mercado Aberto	14.b	-	700
Carteira Própria		-	700
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	7.636	14.014
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		7.636	14.014
Outras Obrigações	15	2.826	2.343
Diversas	15.b	2.826	2.343
Resultados de Exercícios Futuros		-	5
Rendas Antecipadas		-	5
Patrimônio Líquido	17	105.765	103.973
Capital Social:		104.015	101.671
De Domiciliados no País	17.a	104.015	101.671
Ajustes de Avaliação Patrimonial		14	-
Reservas de Lucros	17.b	1.736	2.302
Total do Passivo		263.522	532.526

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Receitas da Intermediação Financeira		28.497	77.464	114.800
Operações de Crédito	8.g	30.651	56.005	110.546
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	4.545	16.079	10.989
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	(6.966)	4.988	(7.317)
Resultado de Operações com Câmbio		267	392	582
Despesas da Intermediação Financeira		(19.009)	(54.419)	(55.893)
Operações de Captação no Mercado	14.a.1	(12.062)	(37.540)	(44.785)
Operações de Empréstimos e Repasses		(13)	(31)	(331)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(6.934)	(16.848)	(10.777)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		9.488	23.045	58.907
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(7.976)	(16.762)	(27.308)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	20	34	125	629
Despesas de Pessoal	21	(70)	(788)	(13.203)
Outras Despesas Administrativas	22	(5.174)	(11.582)	(15.678)
Despesas Tributárias	23	(839)	(1.913)	(4.329)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(278)	(457)	(371)
Outras Receitas Operacionais	24	620	304	7.111
Outras Despesas Operacionais	25	(2.269)	(2.451)	(1.467)
Resultado Operacional		1.512	6.283	31.599
Resultado não Operacional	26	-	(169)	16
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		1.512	6.114	31.615
Imposto de Renda e Contribuição Social	27	150	(1.610)	(10.437)
Provisão para Imposto de Renda		1.561	(796)	-
Provisão para Contribuição Social		952	(502)	-
Ativo Fiscal Diferido		(2.363)	(312)	(10.437)
Participações no Lucro		-	(375)	(1.747)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		1.662	4.129	19.431
Juros Sobre Capital Próprio		(2.351)	(2.351)	(4.450)
Lucro Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações		0,0166	0,0413	0,1943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital	Aumento de	Reservas de Lucros	Ajuste de	Lucros/(Prejuízos)	Total
		Social	Capital	Reserva Legal	Avaliação Patrimonial	Acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		101.212	-	1.553	-	(13.773)	88.992
Aumento de Capital em Andamento	17.a	-	459	-	-	(459)	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	19.431	19.431
Destinações:							
Constituição de Reserva Legal	17.b.1	-	-	749	-	(749)	-
Juros sobre o Capital Próprio	17.c	-	-	-	-	(4.450)	(4.450)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		101.212	459	2.302	-	-	103.973
Mutações do Exercício		-	459	749	-	13.773	14.981
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		101.212	459	2.302	-	-	103.973
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	14	-	14
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		2.803	(459)	-	-	(2.344)	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	4.129	4.129
Destinações:							
Constituição de Reserva Legal	17.b.1	-	-	123	-	(123)	-
Absorção Reserva Legal		-	-	(689)	-	689	-
Juros sobre o Capital Próprio	17.c	-	-	-	-	(2.351)	(2.351)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		104.015	-	1.736	14	0	105.765
Mutações do Exercício		2.803	(459)	(566)	14	0	1.792
Saldos em 30 de Junho de 2014		101.212	2.803	2.425	364	-	106.804
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	(350)	-	(350)
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		2.803	(2.803)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	1.662	1.662
Destinações:							
Absorção Reserva Legal		-	-	(689)	-	689	-
Juros sobre o Capital Próprio	17.c	-	-	-	-	(2.351)	(2.351)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		104.015	-	1.736	14	0	105.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	2014	2013
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		1.662	4.129	19.431
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/Exercício:		9.837	18.690	26.668
Juros sobre capital próprio	17.c	(2.351)	(2.351)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	6.934	16.848	10.777
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	16.b	2.269	2.451	1.393
Resultado de Participações em Coligadas Controladas	11	278	457	371
Depreciações e Amortizações	12	257	512	1.943
Tributos Diferidos		2.364	312	10.437
Provisão de Participações no Lucro		-	375	1.747
Prejuízo na alienação de investimento		86	86	-
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		11.499	22.819	46.099
Variações em Ativos e Passivos		58.337	(8.644)	(73.588)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		804	3.152	(2.956)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(9.081)	20.875	(7.993)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(401)	(253)	9
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		-	-	(144)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		223.820	236.571	159.088
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(2.444)	1	16.661
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		192	91	(97)
Aumento (Redução) em Depósitos		(34.395)	(123.822)	(112.984)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		-	-	(60.949)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(117.113)	(139.896)	(18.699)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(479)	(428)	(8.471)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(2.540)	(4.935)	(36.785)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(26)	-	(268)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		69.836	14.175	(27.489)
Atividades de Investimento				
Aquisição de Imobilizado de Uso		(53)	(169)	(272)
Caixa Líquido Recebido na Alienação/Redução de Investimentos		-	-	(213)
Alienação de Bens não de Uso Próprio		-	-	8.000
Aumento de Capital em Controlada		(265)	(796)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(318)	(965)	7.515
Atividades de Financiamento				
Dividendos Pagos		-	-	(660)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.151)	(1.151)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(1.151)	(1,151)	(660)
Aumento/Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		68.367	12.059	(20.634)
Modificações na Posição Financeira:		68.367	12.059	(20.634)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	25.703	82.011	102.645
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	94.070	94.070	82.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/2007, e Medida Provisória (MP) nº 449/2008 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/2009), com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 25 de Fevereiro de 2015 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.bancooriginal.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores são compostos conforme Nota 4.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação.

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2001 os títulos para negociação são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados ao valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Banco opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

h) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

As operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência devem permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido, o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN.

i) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

k) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

k.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

k.2) Imobilizado de Uso e Diferido

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem sendo, móveis, equipamentos de uso, benfeitorias em imóveis de terceiros, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos, conforme Nota 12.

O ativo diferido, composto por gastos com organização e expansão, é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total, conforme Nota 13.

Conforme Resolução CMN nº 3.617/2008, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o ativo diferido está representado por despesas pré-operacionais e gastos com organização e expansão, os quais estão sendo amortizados no prazo de 5 anos. Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617/2008 serão mantidos neste grupo até a sua amortização total ou efetiva baixa.

l) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No primeiro semestre de 2014 foram realizados testes e a Instituição identificou a existência de indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros reconhecendo esse impacto no resultado. No segundo semestre de 2014 e em dezembro de 2013 não foram identificados indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

m) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e 9% para as demais empresas sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

o) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

p) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS 0,65% e a Cofins 4,00% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em "despesas tributárias".

q) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

r) Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercício futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, apenas, da fluência do prazo.

s) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 19.c.

t) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

u) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2014 e 2013 foram deliberados dividendos na forma de JCP, a deliberação está demonstrada na Nota 17.c.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	111	2.581
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	93.959	79.430
Total	94.070	82.011

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				31/12/2014	31/12/2013
	Até 3	De 3 a 12	Acima de	Total	Total
	Meses	Meses	12 Meses		
Aplicações no Mercado Aberto	93.959	-	-	93.959	79.430
Posição Bancada	93.959	-	-	93.959	79.430
Letras do Tesouro Nacional - LTN	93.959	-	-	93.959	78.829
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	601
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	759	-	-	759	3.399
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	90	-	-	90	285
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	609	-	-	609	2.762
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	60	-	-	60	352
Total	94.718	-	-	94.718	82.829
Circulante				94.718	79.430
Longo Prazo				-	3.399

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

			31/12/2014	31/12/2013
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	39.071
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.289	79	9.368	897
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	11.889
Total	9.289	79	9.368	51.857
Vinculados a prestação de garantias				
Vinculados a Compromissos de Recompra	-	-	-	703
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	28.849
Total	-	-	-	28.849

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

			31/12/2014	31/12/2013
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	29.150	54	29.204	-
Total	29.150	54	29.204	-
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	22.126	(29)	22.097	-
Total	22.126	(29)	22.097	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Classificação e Vencimento
a.2.1) Títulos para Negociação

	Até 3	De 3 a 12	Acima de	31/12/2014	31/12/2013
	Meses	Meses	12 Meses	Total	Total
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	39.071
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.368	-	-	9.368	897
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	11.889
Total	9.368	-	-	9.368	51.857
Vinculados a Compromissos de Recompra					
Vinculados a Compromissos de Recompra	-	-	-	-	703
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	28.849
Total	-	-	-	-	28.849
TOTAL	9.368	-	-	9.368	81.409
Circulante				9.368	52.560
Longo Prazo				-	28.849

a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Até 3	De 3 a 12	Acima de	31/12/2014	31/12/2013
	Meses	Meses	12 Meses	Total	Total
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	29.204	29.204	-
Total	-	-	29.204	29.204	-
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	22.097	-	-	22.097	-
Total	22.097	-	-	22.097	-
TOTAL	22.097	-	29.204	51.301	-
Circulante				22.097	-
Longo Prazo				29.204	-

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

a.3) Resultado com Título e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.872	13.427	8.353
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.673	2.652	2.636
Total	4.545	16.079	10.989

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender as necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, taxa prefixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 28.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não-negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "VaR" Paramétrico (Value at Risk), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira Trading - dez/2014		Value at Risk		
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	dez/13
Prefixado	Taxa de Juros prefixada	6.564	164	6
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	2	1	2
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	474	848	63
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	2	-	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	14.452	14.210	23.292
Exposição com Correlação		21.817	15.030	23.358

Carteira Banking - dez/2014		Teste de Estresse		
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		29.233	18.160	32.685

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa	-	-	-	63	47	7.758
Commodities	-	-	-	22	22	4.496
Dólar	-	-	-	41	25	3.262
Passivo	-	-	-	(40)	(39)	(7.758)
Commodities	-	-	-	(40)	(39)	(4.496)
Dólar	-	-	-	-	-	(3.262)
Diferencial Líquido	-	-	-	23	8	-
Swap						
Posição Ativa	49	42	1.068	162	178	5.210
CDI	49	42	1.068	-	-	-
IPCA ⁽¹⁾	-	-	-	162	178	5.210
Posição Passivo	-	-	(1.068)	-	-	(5.210)
CDI	-	-	(1.068)	-	-	-
IPCA	-	-	-	-	-	(5.210)
Diferencial Líquido	49	42	-	162	178	-
Opções						
Posição Passiva	-	-	-	(6)	(10)	886
BGI	-	-	-	(6)	(10)	886
Diferencial Líquido	-	-	-	(6)	(10)	886

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	31/12/2014		31/12/2013	
			Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	605	7.758
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	49	(7)	42	1.068	(190)	5.210
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	-	886
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	34.154	-	318.314
Total	49	(7)	42	35.222	415	332.168

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	31/12/2014		31/12/2013	
	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	-	-	-	8
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	10	32	42	178
Operações Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	(10)
Total	10	32	42	176

	31/12/2014			31/12/2013	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Futuros Referencial					
Commodities	-	-	-	-	868
DDI	-	6.641	-	6.641	72.244
DI	-	-	1.500	1.500	78.089
Dólar	26.013	-	-	26.013	167.114
Total	26.013	6.641	1.500	34.154	318.315

Os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 661 (2013 – R\$ (991)), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R\$ 22.097 (2013- R\$28.849), representados por LTN, NTN-B e LFT.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&FBovespa.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre			01/01 a 31/12/2014				01/01 a 31/12/2013	
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	Resultado	Resultado	
NDF	45	-	45	502	(711)	(209)		221	
"Swap"	8	(13)	(5)	55	(26)	29		1.311	
Opções	-	-	-	11	-	11		166	
DI	20	(202)	(182)	128	(216)	(88)		424	
DDI	1.119	(6.776)	(5.657)	4.664	(7.598)	(2.934)		(4.439)	
BGI	-	(10)	(10)	378	(163)	215		72	
Moedas	1.291	(2.448)	(1.157)	11.887	(3.865)	8.022		(4.728)	
Milho	-	-	-	-	-	-		9	
Dólar	-	-	-	-	(58)	(58)		(353)	
Total	2.483	(9.449)	(6.966)	17.625	(12.637)	4.988		(7.317)	

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

8. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa
a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e Títulos Descontados	108.795	225.655
Adiantamentos a Depositantes	9	-
Empréstimos	108.786	225.655
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	94.869	182.364
Capital de Giro	12.476	37.233
Conta Corrente Garantida	1.441	5.306
Cheque Especial	-	41
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)	-	711
Financiamentos	4.763	140.399
Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) ⁽²⁾	3.200	5.323
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽³⁾	1.563	135.076
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	214	874
Sub-Total	113.772	366.928
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(30.787)	(28.016)
Total	82.985	338.912
Circulante	65.217	285.653
Longo Prazo	17.768	53.259

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Instrumento originado pela existência de direitos de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

(3) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

				31/12/2014	31/12/2013
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
Setor Privado					
Rural	19.477	62.033	23.547	105.057	61.385
Indústria	2.111	2.321	1.132	5.564	3.633
Comércio	-	-	-	-	35.458
Outros Serviços	458	2.693	-	3.151	7.162
Pessoas Físicas ⁽¹⁾	-	-	-	-	259.277
Habitação	-	-	-	-	13
Total	22.046	67.047	24.679	113.772	366.928

(1) Em 31 de dezembro de 2013 refere-se basicamente a Produtor Rural tomador de empréstimo vinculados a CPR, Capital de Giro, Cheque Especial e CDCA.

c) Concentração de Crédito

	31/12/2014				31/12/2013	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	65.269	57%	9.428	30,62%	122.593	33%
50 Maiores Devedores Seguintes	48.499	43%	21.359	69,38%	185.420	51%
100 Maiores Devedores Seguintes	4	0%	-	0,00%	52.792	14%
Demais Devedores Seguintes	-	0%	-	0,00%	6.123	2%
Total	113.772	100%	30.787	100%	366.928	100%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição “Curso Normal” e “Curso Anormal” refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2014. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de “rating” e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2014
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		Requerida
A	0,5%	51.766	607	52.373	262
B	1%	9.837	99	9.936	99
C	3%	2.068	508	2.576	77
D	10%	3.183	134	3.317	332
E	30%	-	10.819	10.819	3.246
F	50%	-	6.450	6.450	3.224
G	70%	703	15.143	15.846	11.092
H	100%	5.175	7.280	12.455	12.455
Total		72.732	41.040	113.772	30.787

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2013
	% Provisão	Curso	Curso	Total	Provisão
	Mínima Requerida	Normal ⁽¹⁾	Anormal ⁽¹⁾		Requerida
A	0,5%	176.278	-	176.278	881
B	1%	84.272	1.961	86.233	862
C	3%	48.777	4.808	53.585	1.608
D	10%	10.475	5.959	16.434	1.643
E	30%	3.947	7.303	11.250	3.375
F	50%	-	4.260	4.260	2.130
G	70%	4.338	236	4.574	3.202
H	100%	408	13.906	14.314	14.315
Total		328.495	38.433	366.928	28.016

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	28.016	31.445
Constituições Líquida de Reversão	16.848	10.777
Baixa para Prejuízo	(14.077)	(14.206)
Saldo Final	30.787	28.016
Circulante	(23.876)	(8.837)
Longo Prazo	(6.911)	(19.179)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	2.100	23.812

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

No exercício de 2014, os créditos renegociados são de R\$ 16.413 (2013 – R\$22.097) e a PCLD é de R\$ 5.281, relativo as operações vencidas e repactuadas. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 28.

f) Cessão de Crédito
f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

Com Transferência Substancial de Risco

No exercício de 2014 o Conglomerado transferiu o montante de R\$ 5.693, referente a carteira de crédito, com transferência substancial do risco e benefício (sem coobrigação).

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. O impacto no resultado está composto:

	31/12/2014	31/12/2013
Total da Carteira Cedida	5.693	126.558
Valor da Venda	5.693	115.778
Resultado com Cessão de Créditos (Nota 8.g)	-	(10.780)
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo	-	22.622

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Resultado de Operações de Crédito

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	6	7	12
Rendas de Empréstimos	19.297	39.397	73.889
Rendas de Financiamentos	10.850	14.501	23.613
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e)	498	2.100	23.812
Resultado com Cessão de Créditos (Nota 8.f.1)	-	-	(10.780)
Total	30.651	56.005	110.546

9. Outros Créditos
a) Carteira de Câmbio

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	-	(76)
Direitos sobre Venda de Câmbio	-	76
Total	-	-
Circulante	-	-
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	-	77
Total	-	77
Circulante	-	77

b) Créditos Tributários
Créditos Fiscais Diferidos

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	19.653	31.351
Constituições	7.187	13.276
Reversões	(7.611)	(24.974)
Saldo Final	19.229	19.653
Débitos Fiscais Diferidos (Nota 15.a)		
Saldo Inicial	75	1.563
Constituições	1.101	1.430
Reversões	(1.134)	(2.918)
Saldo Final	42	75

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “Outros créditos – Créditos Tributários” e “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, respectivamente.

	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo Fiscal	-	994
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	-	249
Base Negativa de Contribuição Social	-	1.008
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 15%	-	151
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	30.787	28.016
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.726	2.243
Provisão para Despesas Administrativas	44	3.677
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	1.631
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	-	(76)
Ajustes Futuro - DI e DDI	88	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(4)	-
Perdas em Operações de Crédito	14.422	12.453
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	48.063	47.944
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	48.063	47.944
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	12.016	11.986
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	7.209	7.192
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	-	1.631
Ajustes Futuro - DI e DDI	88	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	88	1.631
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos	4	76
Total do Ativo Fiscal Diferido	19.229	19.653
Circulante	1.813	3.109
Longo Prazo	17.416	16.544

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2014	31/12/2013
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	72	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	25	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(3)	-
Ajuste DI e DDI futuro	-	175
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	-	(8)
Total de Diferenças Temporárias- IRPJ	94	167
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	23	42
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	14	25
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	25	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	72	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	175
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	97	175
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos	5	8
Total do Passivo Fiscal Diferido	42	75
Circulante	42	75

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2014			31/12/2013		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2014	-	-	-	3.109	75	3.034
2015	1.813	42	1.771	3.177	-	3.177
2016	2.001	-	2.001	1.493	-	1.493
2017	2.146	-	2.146	1.846	-	1.846
2018	3.956	-	3.956	2.838	-	2.838
2019	5.872	-	5.872	7.190	-	7.190
A partir de 2020	3.441	-	3.441	-	-	-
Total	19.229	42	19.187	19.653	75	19.578

e) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de Dezembro de 2014, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 13.547 e (R\$ 12.959 em 2013).

d) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.831	1.718
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 15.b.1)	41	27
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 15.b.2)	35	936
Adiantamentos Salariais/Outros	18	86
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 18.c)	-	1.042
Outros	4	341
Total	2.929	4.150
Circulante	2.929	4.150

10. Outros Valores e Bens

	31/12/2014	31/12/2013
Despesas Antecipadas	6	97
Total	6	97
Circulante	6	97

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Participações em Coligadas e Controladas

	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas			
	Direta ou Indiretamente (Mil)			
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	31/12/2014	
Participação Direta			Participação Direta e Indireta	
Investimentos Controladas do Banco				
Original Negócios Agropecuários Ltda	Intermediação	149.985	99,99%	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda ⁽¹⁾	Investimento	99.999	99,99%	99,99%

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo) 01/01 a	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial		
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	2º semestre 2014	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
	Controladas do Banco						
Original Negócios Agropecuários Ltda	331	(69)	331	21	11	9	1
Original Investimentos Imobiliários Ltda	100	-	100	100	-	-	-
Coligada do Banco							
Brasil Agrosec Cia Securitizadora Ltda ⁽²⁾	362	(5.997)	-	58	(289)	(466)	(372)
Total	793	(6.066)	431	179	(278)	(457)	(371)

(1) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

(2) Investimento alienado em Dezembro de 2014.

12. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	31/12/2014	31/12/2013
			Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	246	(82)	164	243
Sistemas de Processamento de Dados	2.766	(1.860)	906	1.131
Sistemas de Segurança e Comunicações	261	(160)	101	140
Total	3.273	(2.102)	1.171	1.514

O ativo imobilizado do Banco está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas operações.

13. Diferido

Em 31 de dezembro de 2014 não tínhamos saldo de Diferido (R\$ 477 em 2013).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses
a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014	31/12/2013
					Total	Total
Depósitos à Vista	1.369	-	-	-	1.369	11.412
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	-	51.788
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	-	45.782	-	67.306	113.088	175.079
Total	1.369	45.782	-	67.306	114.457	238.279
Circulante					47.151	135.890
Longo Prazo					67.306	102.389

Em 31 de dezembro de 2014 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 110.138 (2013 - R\$ 161.608) e CDB no montante de R\$ 2.950 (2013- R\$ 13.471).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 98,5% e 115,5% do CDI e 131,6% do IPCA (2013 - 90% e 115,50% do CDI e IPCA 100%). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 108% e 121% do CDI , ou 106,98% a 125,56% do IPCA.(2013 - 108% e 130% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2014	31/12/2013
Depósitos Interfinanceiros	(493)	(1.427)	(9.030)
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(6.898)	(16.129)	(19.160)
Captação no Mercado Aberto	(63)	(6.072)	(1.868)
LCA	(4.549)	(13.709)	(14.727)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(59)	(203)	-
Total	(12.062)	(37.540)	(44.785)

b) Captações no Mercado Aberto

	Acima de 12 Meses	31/12/2014	31/12/2013
		Total	Total
Carteira Própria	-	-	700
Títulos Públicos ⁽¹⁾	-	-	700
Total	-	-	700
Longo Prazo	-	-	700

(1) Refere-se a Letras do Tesouro Nacional (LTN)

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014	31/12/2013
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	24.814	4.321	7.636	36.771	176.667
LCA	24.814	4.321	7.636	36.771	176.667
Total	24.814	4.321	7.636	36.771	176.667
Circulante				29.135	162.653
Longo Prazo				7.636	14.014

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 93% e 103,5% do CDI (2013 - 50% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 8,38% a.a. e 12,45% (2013 - 7,05% a.a. e 12,11% a.a.) e para operações pós-fixadas o valor da taxa praticada é de 67,67% IGPM.

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional. Em 2013 o saldo da Rúbrica era de R\$ 430.

e) Obrigações por Repasses do País

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

				31/12/2014	31/12/2013
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Funcafé - Capital de Giro	107	107	-	214	642
Total	107	107	-	214	642
Circulante				214	642

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

15. Outras Obrigações
a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos e Contribuições a Recolher	314	1.085
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	17	6
Impostos e Contribuições sobre Salários	4	301
Pis	15	-
Cofins	96	-
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	180	667
I.R.- s/ operações de renda fixa	-	18
IOF - Renda fixa	-	63
IOF - Capital de Giro	-	18
Outros	2	12
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	1.298	-
Provisão para Imposto de Renda	796	-
Provisão para Contribuição Social	502	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b.2)	42	75
Total	1.654	1.160
Circulante	1.654	1.160

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 16.b.1.1)	2.726	2.243
Provisão para Pagamentos a Efetuar	321	2.753
Despesas de Pessoal	17	2.179
Outras despesas administrativas ⁽¹⁾	120	238
Outros pagamentos ⁽²⁾	184	336
Subscrições de capital a integralizar ⁽³⁾	100	100
Contas à Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	35	31
Credores Diversos - Exterior/País	11	571
Total	3.193	5.698
Circulante	367	3.355
Longo Prazo	2.826	2.343

(1) Constituído pela despesa de publicações.

(2) Constituído basicamente por provisão de PLR funcionários.

(3) Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (nota 11)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

16. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões
a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2014 e 2013.

b) Provisões e Passivos Contingentes
b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos.

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco possuía R\$ 2.726 (2013 - R\$2.243) de ações trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 41 (2013 - R\$27).

b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	2.243	850
Constituição Líquida de Reversão	483	1.393
Saldo Final	2.726	2.243

b.2) Provisões para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Banco não possuía ações cíveis com saída de recursos prováveis, mas possui ação ativa para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 4 (2013 -R\$936).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Banco não possuía processos de natureza cível classificados como possível. Em 31 de dezembro de 2014 o banco possuía os seguintes montantes de passivo contingente classificado como perda possível de processos de natureza trabalhista.

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Processos Trabalhistas	236	-
Total	236	-

17. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social de R\$ 104.015 (2013 - R\$101.671) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	104.015	104.015	101.671	101.671
Total	104.015	104.015	101.671	101.671

b) Reserva de Lucros
b.1) Reserva Legal

Em 30 de junho de 2014 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 123 (2013- R\$ 749), que é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão em Estatuto Social e legislação vigente. No segundo semestre de 2014 foi feita a absorção de reserva no montante de R\$ 689.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Reserva Estatutária

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve constituição de reserva estatutária.

b.3) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de R\$ 14 (31/12/2013 - R\$ 0)

c) JCP e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2014, conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas, no montante de R\$ 2.351, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$ 1.998 (2013, R\$ 4.450 - líquido de imposto R\$ 3.782). Sendo que deste valor, o montante líquido de R\$ 1.010 (2013, R\$ 3.744) será pago a J&F e o montante líquido de R\$ 10 (2013, R\$ 38) será pago para o acionista minoritário, o montante de R\$ 988 foi pago em julho de 2014. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$ 940 (2013, R\$ 1.701).

18. Limites Operacionais

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Conglomerado Financeiro Original (composto pelo Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio S.A.), encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4.193/2013 e legislação complementar.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Patrimônio de Referência Nível I	2.037.134	2.035.360
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	2.037.134	2.035.360
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	4.410.010	2.731.814
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	3.433.237	1.994.580
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	326.921	167.806
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	649.852	569.428
Índice de Basileia III e II	46,2	74,5

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

 O Banco, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.bancooriginal.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

19. Partes Relacionadas
a.) Benefícios Pós-Emprego

O Banco não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Acionistas	<u>31/12/2014</u>		<u>31/12/2013</u>	
	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)				
J&F Participações Ltda (J&F) ⁽¹⁾	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2014	31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Aplicações em Operações Compromissadas	93.959	-	8.020	-
Banco Original S.A. ⁽¹⁾	93.959	-	8.020	-
Cessão de Crédito sem retenção substancial de risco	-	-	-	(10.780)
J&F Investimentos S.A.	-	-	-	(10.780)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	1.042	-	-
Banco Original S.A.	-	894	-	-
J&F Participações Ltda	-	148	-	-
Depósito a Vista	(66)	(324)	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	-	(231)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	-	(1)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(29)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(14)	(13)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(4)	-	-	-
J&F Participações Ltda	(6)	(1)	-	-
J&F Infraestrutura e Construção S.A.	-	(6)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(3)	(6)	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda	(10)	(1)	-	-
Outros ⁽²⁾	-	(36)	-	-
Depósito Interfinanceiro	-	(51.788)	-	(7.741)
Banco Original S.A.	-	(51.788)	-	(7.741)
Depósito a Prazo	-	(4.612)	(19)	(85)
Matone Promotora Ltda (Promotora)	-	(4.560)	-	(84)
Original Negócios Agropecuários Ltda	-	(10)	(19)	-
Outros ⁽²⁾	-	(42)	-	(1)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(6.951)	-	(165)
J&F Investimentos S.A.	-	(1.943)	-	(1)
Original Negócios Agropecuários Ltda	-	(4)	-	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	-	(1.470)	-	(58)
Outros	-	(3.534)	-	(106)
JCP a Pagar	(1.200)	(4.449)	(1.200)	(4.449)
J&F Participações Ltda (Nota 17.c)	(1.188)	(4.405)	(1.188)	(4.405)
Outros	(12)	(44)	(12)	(44)
Outras Obrigações - Diversas	-	(355)	-	(163)
J&F Participações Ltda	-	(355)	-	(163)

(1) Controlado pela J&F;

(2) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Serviços de Conta Corrente	-	-	4
Cobrança e Arrecadações	-	-	51
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	-	-	207
Rendas De Garantias Prestadas	4	4	251
Comissão sobre Intermediação	-	14	-
Outras Prestação Serviços ⁽¹⁾	30	107	116
Total	34	125	629

(1) Refere-se a câmbio, tarifa bancária e outras prestações de serviços.

21. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Remuneração	(41)	(386)	(8.056)
Encargos	(18)	(148)	(2.751)
Benefícios	(11)	(251)	(2.338)
Outras	-	(3)	(58)
Total	(70)	(788)	(13.203)

No primeiro semestre de 2013 a maioria do quadro de colaboradores do Banco foi transferido para o Banco Original S.A.. As despesas de pessoal também foram transferidas.

22. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(832)	(2.203)	(2.817)
Depreciações e Amortizações	(257)	(512)	(1.943)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(350)	(764)	(1.850)
Comunicações	(200)	(434)	(696)
Processamento de Dados	(2.116)	(3.831)	(3.350)
Aluguéis	(176)	(529)	(1.010)
Transportes e Viagens	(233)	(694)	(1.630)
Serviços de Vigilância e Segurança	(10)	(34)	(46)
Manutenção e Conservação de Bens	(65)	(160)	(236)
Serviços do Sistema Financeiro	(317)	(711)	(626)
Água, Energia e Gás	(5)	(19)	(32)
Material	(3)	(12)	(66)
Outras	(610)	(1.679)	(1.376)
Total	(5.174)	(11.582)	(15.678)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

23. Despesas Tributárias

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Despesa com Cofins	(648)	(1.541)	(2.012)
Despesa com ISS	(2)	(6)	(32)
Despesa com PIS/Pasep	(105)	(250)	(327)
IOF	-	-	(1.846)
Outras	(84)	(116)	(112)
Total	(839)	(1.913)	(4.329)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

24. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Atualização de Impostos a Compensar	73	161	8
Recuperação De Encargos E Despesas	10	36	-
Atualização de Depósitos Judiciais	103	107	-
Reversão de Provisões Operacionais	434	-	6.871
Outras	-	-	232
Total	620	304	7.111

25. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Provisões Operacionais			
Trabalhistas	(1.051)	(482)	(1.393)
Indenizações Trabalhistas	(1.218)	(1.969)	-
Patrocínio	-	-	(74)
Total	(2.269)	(2.451)	(1.467)

26. Resultado não Operacional

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Resultado na Alienação de Investimentos	-	16
Lucro na Alienação de Valores e Bens	2	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	(171)	-
Total	(169)	16

27. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado	3.388	25.418
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	457	371
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	293	640
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	296	101
Base de cálculo - CSLL	4.138	26.429
Base de cálculo - IRPJ	4.141	25.890
CSLL - 15%	(621)	(3.964)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(990)	(6.473)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.610)	(10.437)
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	-
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(1.610)	(10.437)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

28. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado Original preza por uma estrutura organizacional e de processos que permite um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado Financeiro.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesse e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência da identificação, mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Os normativos internos que qualificam e regem o ambiente interno de gestão de riscos são divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico para consulta.

O documento que detalha as práticas de gerenciamento e de controle de riscos pode ser visualizado no site www.bancooriginal.com.br na seção O Original/Demonstrações Financeiras/Relatório Público de Gestão de Riscos.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

O Banco possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO – Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO).

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

Conforme disposto na Circular nº 3.354/2007, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras, o Conglomerado Original segrega suas exposições em carteiras de negociação ("trading") e de não negociação ("banking"). As posições com as quais há intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira de negociação da instituição.

O Banco gerencia o risco de mercado da carteira de negociação ("trading") através de metodologias baseadas em potenciais de perda decorrentes de variações nos insumos de mercado que influem na carteira. Estas metodologias de mensuração e controle são: (a) o VaR ("Value at Risk") Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e horizonte de tempo ("holding period") variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; (b) os Testes de Estresse; (c) e o "Stop Loss".

Adicionalmente, também são monitoradas e controladas as sensibilidades às oscilações paralelas nos fatores de risco que compõem o portfólio.

O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira de não negociação ("banking") é realizado através da apuração do risco, monitoramento contínuo da exposição e reporte dos resultados. Seguindo as recomendações do Comitê de Basileia, quantifica-se a sensibilidade do portfólio às mudanças na Estrutura a Termo de Taxa de Juros. Este cálculo consiste em verificar choques das curvas de juros considerando variações nas taxas no intervalo de um ano ("holding period"), e uma janela móvel de observação de cinco anos. O resultado é o efeito do percentil de 1% e 99% no valor de mercado do portfólio, considerando os ativos e passivos. Os resultados são reportados tanto à Diretoria quanto ao órgão regulador, por meio da parcela RBAN.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Conglomerado Original tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez. A importância dada pela alta administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é devidamente aprovada e revisada, periodicamente, pelo comitê executivo responsável pela gestão de riscos e capital.

Esta política segue as diretrizes da Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a alta administração do Conglomerado relatórios que quantificam este monitoramento.

Fundamentadas com estas informações quantitativas e aliadas às estratégias de crescimento da instituição, sua diretoria baliza as políticas de captação e aplicações de forma a conservar e garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam as análises em função do risco de liquidez estão pautados na relação entre caixa disponível e a probabilidades de saídas destes fluxos, sejam em decorrência de oscilações de mercado, sejam em função do descasamento de fluxos de ativos e passivos. Para esta análise, são consideradas as seguintes variáveis: Disponibilidades, Níveis Mínimos de Liquidez, Concentração de Passivos, Projeção do Fluxo de Caixa, Teste de Stress e Plano de Contingência.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura comercial ou inversões de cenários macroeconômicos.

A Diretoria do Banco é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar, gerar indicadores e controlar a exposição ao risco de crédito da instituição, de forma independente das áreas de negócio, reportando a Alta Administração possíveis desvios.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do Banco numa operação de derivativos, contratos com exposição cambial ou indexados a abordagem utilizada é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), pois as perdas estão associadas às flutuações de mercado.

O Banco utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação, e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

29. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2014, não foram concedidos avais de fianças à terceiros pelo Banco, mediante comissão que estão sujeitas a encargos financeiros e contra-garantias dadas pelos beneficiários (2013, R\$ 2.064).

b. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco, as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.
